



AGOSTINHAS NO ÍNDICO, SÉCULOS XVII E XVIII

Igor Santiago Costa¹

RESENHA DE “NAS CLAUSURAS DE GOA: A COMUNIDADE DAS MÔNICAS NO MONTE SANTO E SUA ECONOMIA ESPIRITUAL, 1606-1721” (2023),
ROZELY MENEZES VIGAS OLIVEIRA

Fruto de quase quinze anos de investigação, a obra *Nas clausuras de Goa: a comunidade das mônicas no Monte Santo e sua economia espiritual, 1606-1721*, de Rozely Menezes Vigas Oliveira, reflete uma trajetória de pesquisa iniciada pela autora desde sua graduação, quando ainda trabalhava com a documentação inquisitorial referente ao Estado da Índia na época moderna. Ao voltar os olhos para o Convento de Santa Mônica de Goa, fundado em 1606, num centro político e administrativo central para a colonização portuguesa em terras asiáticas, Oliveira aborda em seu livro duas grandes questões: a presença de mulheres religiosas na Ásia e as formas pelas quais estas organizaram suas vidas e administravam tanto o cenóbio quanto o seu entorno. Se na sua dissertação de mestrado, defendida em 2012², a autora se preocupou em compreender o processo de feitura e afirmação daquela casa em um contexto de disputas religiosas, assim como o modelo de virtude feminina que estava em voga naquele contexto, na tese, arguida em 2019³, para além de ter alargado seu recorte temporal, se atentou em desbravar os meandros das vivências daquelas mulheres, sua administração dos bens espirituais e temporais, e as agruras em que estiveram metidas com autoridades civis e eclesiásticas.

¹ Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA). Mestre em História Social (2024) pelo mesmo programa e graduado em História pela Universidade Federal da Bahia (2021). Foi bolsista de Iniciação Científica (UFBA-CNPq), entre 2019 e 2021, realizando pesquisas sobre a missão franciscana em áreas de conquista e suas relações com o patrimônio identitário e espiritual da Ordem no século XVII. Realizou estágio no Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, atuando nos setores de Exposição, Documentação e Pesquisa. Interessa-se pelos estudos das sensibilidades religiosas femininas e pelo universo da leitura e da escrita em espaços conventuais. Atua na organização e catalogação do Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Bahia.

² OLIVEIRA, Rozely Menezes Vigas. *No Vale dos Lirios: Convento de Santa Mônica de Goa e o modelo feminino de virtude para o Oriente (1606-1636)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Formação de Professores, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012, 232f.

³ OLIVEIRA, Rozely Menezes Vigas. *As mônicas no Vale dos Lirios: das “santas” fundadoras às freiras sublevadas do Monte Santo em Goa, de 1606 a 1738*. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Formação de Professores, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019, 473f.

No livro que agora se apresenta, Rozely Oliveira aglutinou alguns debates de ambos os trabalhos, mas optou por não adentrar com muita profundidade em conflitos que estas religiosas estiveram imersas nas décadas de 30 e 40 do século XVIII, tão agudos que até mesmo o voto da clausura precisou ser quebrado⁴. Ainda assim, aqui e acolá, a autora flexibiliza sua delimitação temporal para melhor demonstrar algumas atividades econômicas das religiosas que estuda.

Repartida em duas partes, tendo a primeira três capítulos e a segunda dois, o livro de Rozely Oliveira abrange um recorte temporal de pouco mais de um século, entre 1606, data da fundação do convento, e 1721, período que precede a grande crise que a comunidade religiosa enfrentou em seus quase trezentos anos de existência⁵. Procurando compreender “a complexidade da atuação das mônicas goesas”, a autora demonstra em seu estudo como que “a partir das características particulares da comunidade, essas mulheres possuíam uma relativa autonomia na administração do convento”. Se atendo as estruturas internas do cenóbio, as relações que as freiras mantinham no mundo extra-muros e a própria posição social e econômica das enclausuradas, em geral, filhas abastadas não só de famílias de Goa, mas também de outros territórios asiáticos e até mesmo do reino, Oliveira pensa que “considerar a agência” dessas religiosas “é perceber, portanto, que elas podiam e sabiam como agir em momentos cruciais e que o convento não era um mero repositório de mulheres”, mas sim um espaço “em que o espiritual, o econômico e o político se mesclavam, a espelho da sociedade colonial” (OLIVEIRA, 2023, p. 37).

O arcabouço teórico-metodológico que a autora utiliza é variado. Partindo de estudos da geografia, em especial de geógrafos da religião como Marcel Roncayolo (1986) e Zeny Rosendahl (1996; 2012), Oliveira se vale do conceito de “território” e “territorialidade religiosa” para compreender a composição geográfica onde o convento se firmou e em como, partindo disso, os agostinhos e as mônicas se apropriaram de um

⁴ Para mais detalhes desse conflito entre as mônicas e o arcebispo D. Fr. Inácio de Santa Teresa (1682-1751), vide o quarto capítulo da tese de doutorado da autora. Ver também: OLIVEIRA, Rozely Menezes Vigas. “Cartas de freiras: os dois lados de uma crise conventual na Goa setecentista”. *Prajna: Revista de Estudos Orientais*, vol. 1, n. 1, p. 149-176, julho-dezembro, 2020. Uma outra discórdia teria acontecido entre as religiosas e algumas autoridades de Goa ainda no século XVII, no processo de feitura do convento. No livro, Rozely Oliveira chega a trabalhar sobre essa questão no quinto capítulo, mas em sua dissertação de mestrado adentra mais na questão.

⁵ O Convento deixou de funcionar como tal aquando do falecimento da última religiosa que o habitava, em 1885 (OLIVEIRA, 2023, p. 258).

espaço relativamente extenso, o Monte Santo, exercendo controle sobre ele e imprimindo suas práticas, criando então uma identidade religiosa de poder e controle espiritual e territorial. Ao escolherem aquele terreno para construção do mosteiro, segundo a autora, os agostinhos e as mônicas estariam também por demonstrar a eficácia do catolicismo em terras orientais, pois, além de já existir a comunidade masculina por perto, havia também uma zona de prostituição chamada Ilha do Fogo, e foi justamente nesse local que ergueram o cenóbio. O território, assim, serviu em duas frentes: a composição de um espaço religioso que abrigasse comunidades de uma mesma ordem, criando uma identidade própria, como também a “extirpação” de práticas condenáveis pela religião. Além disso, pensando em um contexto de expansão europeia e contato entre diversos grupos humanos, como foi o trabalhado por Oliveira, a ideia de “mundialização” tomada de empréstimo de Serge Gruzinski (2014) serviu como interlocução na identificação de paralelos ou diferenciações entre comunidades religiosas femininas espalhadas ao redor do globo no mesmo período de atuação das mônicas de Goa.

Não poderia faltar, é claro, se tratando de uma obra que tem como parte da documentação os textos redigidos por religiosos que se esforçaram em elaborar uma imagem feminina ideal do cenóbio, as diretrizes teóricas de Roger Chartier (1990) referentes às “representações” e “práticas sociais”. A autora aborda com mais profundidade essa questão em sua dissertação de mestrado, mas no livro também se preocupa em demonstrar “as representações do ideal feminino nas agostinhas”, se atentando à “organização da comunidade e de suas práticas sociais e econômicas, no intuito de perceber a identidade que as próprias habitantes do convento criaram para si”. Ademais, ao trabalhar com o cotidiano dessas freiras e em como tocaram suas vidas e relações, a autora se vale da noção de “habitus colonial”, percebendo como elas próprias se definiram, “o estilo de vida de um grupo, o que prefere fazer e como o faz, suas opiniões políticas e a maneira desse grupo se expressar” (OLIVEIRA, 2023, p. 28).

Pensando em formas de compreender as atividades econômicas das religiosas goesas, como geriram suas finanças e desmistificando a ideia de que um convento, por ser um espaço de reclusão do mundo, estaria alheio a ele, Rozely Oliveira lança mão das noções de “economia espiritual” e “crédito eclesiástico”, percebendo as teias das redes de sociabilidade que as religiosas do Monte Santo teriam tecido para subsistência durante o período de atividade do convento e identificando os “hábitos das agostinhas referentes à

administração e gerência da fazenda e do patrimônio que elas foram constituindo” (OLIVEIRA, 2023, p. 30). Por mais que afirme não fazer uma história econômica da instituição, a autora acaba por nos guarnecer de um panorama mais geral das práticas cotidianas que as religiosas goesas encontraram para sua subsistência. Na documentação encontrada e trabalhada na obra, Oliveira demonstrou algumas táticas empreendidas por essas mulheres na procura de angariar recursos ao longo dos séculos. Desde os dotes de entradas no convento, as tenças, bens de raiz, doações testamentárias, esmolas, produção de doces e bebidas para vendas, empréstimos e a gerência de propriedades em diversas partes da Índia e, até mesmo, em Portugal, o cabedal acumulado serviu de exemplo para demonstrar o poder aquisitivo da comunidade, reforçando o argumento da autora de como esses cenóbios estariam intimamente ligados ao mundo exterior.

Com um esforço de pesquisa primoroso, Oliveira trabalhou com arquivos brasileiros, europeus e indianos. Esse caráter multifacetado da documentação coligida lhe possibilitou adentrar o mundo claustral goês através de diversas frentes. Ainda que se queixe da parca documentação e suas lacunas, para quem está familiarizado com as investigações em torno das vivências religiosas de mulheres católicas no mundo ibérico moderno, ler e identificar as fontes que a autora usa em seu trabalho causa até uma certa estranheza e admiração. Em geral, o que nos restou desses cenóbios é muito pouco e fragmentado, sobretudo quando se trabalha com territórios ultramarinos. Ainda assim, partindo das instituições de guarda que frequentou, Rozely Oliveira compilou uma série de crônicas (manuscritas e impressas) sobre o convento goês, livros de registro de entrada de mulheres na clausura, cartas de punho das mesmas e de outros agentes envolvidos no cotidiano da casa, receitas e despesas das mônicas, escrituras de contrato, arrematação e outros relacionados aos bens que o mosteiro possuía, dentre outros documentos da mais variada natureza. Atente-se também para o fato de que em seu período de investigação no Índico, pôde conviver com as mulheres que hoje compõem o *Institute Mater Dei*, abrigado nas dependências do convento desde 1964, e que forma mulheres leigas e religiosas em teologia e filosofia, o que, segundo narra, teria sido uma experiência crucial para o desenrolar das questões que se preocupava à época do doutoramento.

É interessante perceber como o trabalho de Rozely Oliveira se insere em uma historiografia que pensa comunidades religiosas femininas de forma renovada. Desde pelo menos 1990, com o trabalho de Leila Mezan Algranti sobre os conventos e

recolhimentos no Sudeste brasileiro⁶, estudiosas e estudiosos nacionais têm se debruçado nessas e em outras questões que permeiam o universo claustal moderno. São visíveis os paralelos entre uma autora e outra, sobretudo no que tange às análises sobre a heterogeneidade das habitantes dos conventos ao redor dos impérios ibéricos⁷. As realidades locais, por vezes, forçaram essas instituições a adaptações e reformulações internas, para atender as demandas de dentro e fora dos claustros. Em Goa, como Oliveira aponta, a população feminina era multifacetada, contando com as já conhecidas monjas de véu preto (freiras que faziam profissão solene e guardavam todos os votos expostos pela regra da ordem que faziam parte), as de véu branco (conhecidas como leigas), noviças, educandas, servidoras, criadas e escravizadas. Esse caldeirão social acabou por resultar em espaços de reclusão que reproduziam relações de poder próprias do mundo colonial. Existia uma hierarquia e, como demonstrou a autora, ela foi primordial para a continuidade daquele corpo social e sua sobrevivência. Se em Algranti a preocupação com mulheres que não estariam no topo dessa estrutura já era latente, em Oliveira ela se torna visível e analisada a partir da documentação de cunho cotidiano que a autora encontrou, sendo apontados números e dados diversos sobre a presença dessas mulheres que serviam a comunidade⁸.

Uma outra produção que vai na esteira dessa historiografia brasileira preocupada com o universo conventual feminino é a de Margareth Gonçalves sobre experiências místicas de mulheres no Brasil e na Índia, nos séculos XVII e XVIII. Trabalhando com as fundadoras dos Conventos de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, e o de Santa Mônica, em Goa, a autora procurou compreender o fenômeno do misticismo católico em territórios

⁶ ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas, mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. 2º Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999 [1993].

⁷ ALGRANTI, 1999, p. 157-187; OLIVEIRA, 2023, p. 92-160.

⁸ O estudo de Rozely Oliveira demonstrou, mesmo com as dificuldades da documentação que nem sempre é clara em relação aos indivíduos que hoje chamamos de “subalternos”, um panorama da presença destes dentro do mosteiro, em especial servidoras e escravizadas. A autora chega a apontar que os números indicados servem apenas para ilustrar a heterogeneidade de mulheres da casa. Não sabemos, desse modo, se houveram muitas ou poucas mulheres que ocuparam os serviços de manutenção do convento, uma vez que as fontes coligidas não propiciaram essa identificação de forma mais esquematizada e periodizada. Mas, ao considerar os dados do livro de Oliveira, pode-se fazer um contraponto, por exemplo, com as clarissas do Convento do Desterro da Bahia, fundado em 1677, que em alguns períodos chegou a possuir mais escravas do que religiosas. Ver: SOEIRO, Susan. *A Baroque Nunnery: the economic and social role of colonial Convent Santa Clara do Desterro, Salvador, Bahia, 1677-1800*. New York University, Ph.D Thesis, 1974; NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia (1677-1890)*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

ultramarinos⁹. Rozely Oliveira, já na sua dissertação de mestrado, seguiu alguns passos de Gonçalves e inovou ao analisar as figuras das fundadoras do mosteiro goês, Filipa da Trindade (†1626) e Maria do Espírito Santo (†1619), mãe e filha, naturais daquela porção do Império Português, no que tange a montagem de um perfil idealizado de exemplaridade cristã para com as mulheres da Índia, mas presta atenção nas particularidades destas e sua inserção no projeto de fundação do mosteiro. Num cenário de disputas entre ordens religiosas, a ação dessas mulheres juntamente com Frei Diogo de Santana (†1646) e Dom Frei Aleixo de Meneses (1549-1617), arcebispo de Goa e governador da Índia à época da fundação, ratifica as redes de sociabilidades que a autora procura compreender em seu estudo, pois, “por trás das imagens de perfeição religiosa e subalternidade, criadas pelos freis agostinhos, essas mulheres, em momentos de necessidade, agiam em busca de benefícios e em defesa de sua comunidade” (OLIVEIRA, 2023, p. 68). Dessa forma, ao procurarem agir partindo de realidades locais, esses quatro agentes, que a autora chama em seu estudo de “santo e tenaz quarteto”, acabaram por conseguir prerrogativas que possibilitaram a construção e afirmação da casa, como a confirmação papal para a fundadora e primeira priora da casa ser uma mulher da sociedade goesa, uma vez que, nestes casos, a determinação era de que religiosas do reino serviriam na empreitada e seriam enviadas ao ultramar para dar curso ao assento de novos conventos.

De fato, ao longo da obra, a autora se empenhou em exemplificar momentos da comunidade goesa em que as adaptações a contextos coloniais foram necessárias, em virtude das necessidades delas próprias. Esses benefícios, fossem régios ou eclesiásticos, acabaram por despertar contendas desde a fundação do mosteiro, sobretudo por parte da Câmara de Goa que não tardou em alegar “que a instituição estava enriquecendo demasiadamente, em detrimento da crise financeira da cidade, e que estava atraindo mulheres, ainda na idade de se casarem” (OLIVEIRA, 2023, p. 70-71). Argumento que, por exemplo, pode ser identificado para o caso das Clarissas de Macau. Em 30 de dezembro de 1746, os vereadores da Câmara da cidade enviaram uma carta ao rei, D. João V, asseverando críticas àquela comunidade feminina, afirmando que seria “muito conveniente a conservação desta terra não entrarem mais religiosas no Convento, o qual

⁹ GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Império da fé: andarilhas da alma na era barroca*. 1º Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

tem tomado a si quase todas as filhas de homens abastados da terra, [...] e se continuar essa desordem ficará a terra sem famílias, só com o peso inútil do Convento de Santa Clara” (AHU, CU, Macau, Cx. 5, Doc. 23, fl. 1v). A preocupação em torno do povoamento das conquistas, como Oliveira apontou, foi um ponto comum em diversos espaços de domínio ibérico na Ásia.

Não foram poucos os episódios de conflitos entre freiras goesas, autoridades civis e até mesmo com os religiosos da Ordem de São Agostinho, instituto no qual elas estavam inseridas. No apogeu da crise entre Dom Frei Inácio de Santa Teresa (1682-1751) e as religiosas na primeira metade do século XVIII, já mencionado anteriormente, ao contrário do que boa parte da historiografia que tratou do episódio afirma, os embates não foram apenas nas décadas em que o arcebispo foi nomeado e exerceu a função em Goa. Rozely Oliveira aponta para a gestação de conflitos que estremeceram os muros do claustro e possibilitaram a inserção incisiva do prelado nos assuntos do mosteiro antes mesmo dele aportar na cidade, como a interferência de cabidos em matéria de assistência espiritual ao convento, interferência nas eleições das abadessas, nomeação de procuradores que elas não haviam escolhido, dentre outros. Em um caso extremo, o convento foi dividido em duas facções e governado por duas abadessas, gerando um período de instabilidade administrativa e violentas repreensões.

Rosely Oliveira vai além do discurso laudatório elaborado sobre as religiosas do Monte Santo, sobretudo por muitas de suas fontes serem produzidas por frades confessores e outros envolvidos no cotidiano do convento. Apresenta, com cuidado, essas estratégias discursivas que muito serviram na elaboração de um ideal de perfeição feminina para aquele território, mas percebe nas entrelinhas narrativas as brechas que lhe possibilitaram compreender quem seriam essas freiras de “carne e osso”, quais as relações que mantiveram para a consolidação e permanência delas próprias naquele espaço, quais lutas tomaram para si, e demonstra, com rigor, a importância financeira (que se reveste de um teor espiritual) para a manutenção do espaço habitado por mulheres enclausuradas na época moderna. Sua obra se configura então, para usar suas próprias palavras, enquanto “um estudo que permite captar o perfil das mulheres que habitavam o cenóbio goês e suas práticas cotidianas, tanto de gerência da casa quanto econômicas, além de um estudo da sociabilidade feminina, dentro dos muros claustrais de Goa” (OLIVEIRA,

2023, p. 38). Assim, temos em mãos uma acurada história social das mulheres que povoaram o Monte Santo na Índia portuguesa.

Referências

AHU, CU, Macau, Cx. 5, Doc. 23 – *Representação dos oficiais da Câmara de Macau a [D. João V], rei de Portugal, sobre a constituição de um fundo para dotar as raparigas pobres da cidade, retirando o subsídio às religiosas do Convento de Santa Clara e sobre a proibição de entrada de raparigas no Convento como forma de evitar a diminuição da população*. Macau, 30 de dezembro de 1746.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas, mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. 2º Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999 [1993].

GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Império da fé: andarilhas da alma na era barroca*. 1º Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

OLIVEIRA, Rozely Menezes Vigas. *As mônicas no Vale dos Lírios: das “santas” fundadoras às freiras sublevadas do Monte Santo em Goa, de 1606 a 1738*. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Formação de Professores, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019, 473f.

OLIVEIRA, Rozely Menezes Vigas. *Nas clausuras de Goa: a comunidade das mônicas no Monte Santo e sua economia espiritual. 1606-1721*. 1º Ed. Porto: Editora Cravo, 2023.

OLIVEIRA, Rozely Menezes Vigas. *No Vale dos Lírios: Convento de Santa Mônica de Goa e o modelo feminino de virtude para o Oriente (1606-1636)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Formação de Professores, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012, 232f.

OLIVEIRA, Rozely Menezes Vigas. “Cartas de freiras: os dois lados de uma crise conventual na Goa setecentista”. *Prajna: Revista de Estudos Orientais*, vol. 1, n. 1, p. 149-176, julho-dezembro, 2020.